

ALBERT MOREIRA, PHD

CONSULTORIA PARA CÂMARAS MUNICIPAIS

COMO VEREADORES E ASSESSORES PODEM INOVAR
COM APOIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



VIVA
ACADEMY

CONSULTORIAS PARA CÂMARAS MUNICIPAIS

Como Vereadores e Assessores Podem Inovar com Apoio da Inteligência Artificial

Autor:

Dr. Albert Moreira, PhD

Edição:

Primeira Edição — 2025

Editora:

Viva Academy



CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Moreira, Albert.

Consultoria para Câmaras Municipais: Como Vereadores e Assessores Podem Inovar com Apoio da Inteligência Artificial/Albert Moreira. — 1. ed. — Viva Academy, 2025. p. cm.

1. Consultoria em gestão pública. 2. Inteligência artificial. 3. Licitações e contratos administrativos. 4. Empreendedorismo público. 5. Prompt engineering. 6. Lei 14.133/21.



AGRADECIMENTOS

Este guia é fruto de anos de pesquisa e prática na interseção entre a inteligência artificial e a modernização do setor público. Expresso minha sincera gratidão aos consultores, servidores públicos, especialistas jurídicos e inovadores em IA que seguem impulsionando a transformação responsável da gestão pública no Brasil.



AVISO LEGAL

Esta publicação tem finalidade exclusivamente informativa e educacional. Não constitui aconselhamento jurídico, financeiro ou técnico relacionado a licitações públicas. O autor e a editora não se responsabilizam por quaisquer decisões ou ações tomadas com base no conteúdo apresentado. Conteúdos gerados por inteligência artificial devem sempre ser revisados e validados por profissionais qualificados. É responsabilidade do usuário assegurar o cumprimento das legislações, normativos e políticas institucionais vigentes, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 14.133/2021, decretos e regulamentos locais. O uso ético e responsável de ferramentas de IA é essencial nas aplicações voltadas ao setor público.



SUMÁRIO

• Capítulo 1 – O Cenário Atual das Câmaras Municipais	8
• Capítulo 2 – O que é Inteligência Artificial (IA)	18
• Capítulo 3 – Benefícios da Inteligência Artificial para Câmaras Municipais	25
• Capítulo 4 – Áreas de Aplicação da IA nas Câmaras Municipais	34
• Capítulo 5 – Como Vereadores e Assessores Podem Usar IA no Dia a Dia	42
• Capítulo 6 – Ferramentas de IA Acessíveis para Câmaras Municipais	49
• Capítulo 7 – Ética, Segurança e Privacidade no Uso da IA	56
• Capítulo 8 – Passo a Passo para Implementar a IA em uma Câmara Municipal	62
• Capítulo 9 – O Futuro do Legislativo Municipal com a Inteligência Artificial	69



SUMÁRIO

- **Capítulo 10 – Guia Prático: Exercícios e Modelos de Aplicação** 74
- **Conclusão** 80
- **Sobre Albert Moreira** 85
- **Apêndice** 87



CAPÍTULO 1 - O CENÁRIO ATUAL DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

1. O papel do Legislativo Municipal no Brasil

O Legislativo Municipal, representado pelas Câmaras de Vereadores, desempenha um papel essencial na democracia brasileira. É nesse espaço que as demandas da população local encontram um canal institucional para serem transformadas em debates, propostas e normas. Apesar de muitas vezes ser visto apenas como um local de votação de leis, a função do Legislativo municipal é muito mais ampla e complexa, envolvendo legislar, fiscalizar e representar a sociedade.



- **A função legislativa**

A primeira e mais conhecida atribuição de uma Câmara Municipal é legislar sobre assuntos de interesse local. Isso significa que cabe aos vereadores elaborar, discutir e aprovarem leis que impactam diretamente a vida cotidiana da comunidade. Questões como o uso do solo urbano, a criação de políticas públicas voltadas para saúde e educação, a regulamentação de atividades comerciais locais e até medidas ambientais podem ser discutidas e transformadas em leis no âmbito municipal.

Diferente do Congresso Nacional, que lida com temas amplos e nacionais, a Câmara Municipal foca nos problemas concretos e imediatos da cidade. Essa proximidade com a realidade local torna o processo legislativo municipal altamente relevante para os cidadãos, embora nem sempre seja valorizado

como deveria. Uma lei municipal, por exemplo, pode regular o funcionamento de feiras livres, criar incentivos para o empreendedorismo local ou estabelecer medidas de proteção a áreas verdes da cidade. São decisões que têm impacto direto no dia a dia da população.

- **A função fiscalizadora**

Outra função essencial da Câmara é a fiscalização do Poder Executivo, ou seja, da prefeitura. Cabe aos vereadores acompanhar a execução do orçamento municipal, fiscalizar contratos, observar a aplicação de recursos públicos e cobrar transparência na gestão. É comum que esse trabalho seja visto apenas em momentos de denúncias ou escândalos, mas a fiscalização é uma atividade constante que deveria ser exercida de forma sistemática.

Comissões parlamentares permanentes ou temporárias, pedidos de informação ao Executivo e o julgamento das contas do prefeito são instrumentos de fiscalização que integram o trabalho cotidiano do Legislativo municipal. Quando exercida com seriedade, essa função fortalece a democracia local e ajuda a prevenir a má gestão, a corrupção e o desperdício de recursos públicos.

- **A função representativa**

Talvez a mais simbólica das funções do vereador seja a representatividade. Os vereadores são eleitos para dar voz aos interesses da população e servir de ponte entre os cidadãos e o poder público. Essa representatividade, no entanto, não se limita a ouvir demandas pontuais; ela exige sensibilidade política, capacidade de diálogo e habilidade em equilibrar diferentes interesses da comunidade.

A legitimidade do vereador se constrói justamente nesse papel de mediador. Ele deve representar as demandas coletivas, muitas vezes divergentes entre si, e buscar soluções que atendam ao bem comum. Isso exige não apenas compromisso ético, mas também acesso a informações qualificadas para fundamentar suas decisões.



- **Desafios do Legislativo municipal**

Apesar da relevância de suas funções, as Câmaras Municipais enfrentam desafios importantes. A falta de estrutura administrativa, a carência de capacitação técnica para os assessores e a limitação de recursos financeiros muitas vezes comprometem a qualidade do trabalho legislativo. Em cidades menores, não é incomum que vereadores acumulem múltiplas tarefas sem apoio técnico suficiente, o que gera sobrecarga e prejudica a elaboração de políticas consistentes.

Outro desafio está ligado à percepção da sociedade. Muitos cidadãos desconhecem o papel do Legislativo municipal, o que gera uma imagem distorcida do trabalho dos vereadores. Em vez de enxergar a Câmara como um espaço essencial para o fortalecimento da democracia local, parte da população a associa a privilégios, disputas políticas ou mesmo à ineficiência. Esse distanciamento fragiliza a relação entre representantes e representados, reduzindo a confiança pública na instituição.

- **O potencial de inovação**

Mesmo diante desses desafios, as Câmaras Municipais possuem um enorme potencial de inovação. Justamente por estarem próximas do cidadão, elas têm a possibilidade de modernizar sua atuação, tornar seus processos mais transparentes e usar novas ferramentas para se aproximar da comunidade.

A adoção de tecnologias de informação, como sistemas de transparência online, aplicativos de acompanhamento legislativo e, mais recentemente, ferramentas de inteligência artificial, pode transformar o modo como os vereadores exercem suas funções. Essas inovações não apenas aumentam a eficiência interna, mas também ajudam a resgatar a credibilidade da instituição perante a sociedade.

2. Desafios enfrentados por vereadores e assessores

Ser vereador ou assessor parlamentar em uma Câmara Municipal no Brasil é assumir responsabilidades de grande impacto social, mas também enfrentar



inúmeros obstáculos que dificultam o desempenho pleno dessas funções. Esses desafios podem ser de ordem estrutural, política, administrativa e até mesmo pessoal, e muitas vezes comprometem a capacidade do Legislativo de atender às necessidades da população de forma eficiente.

- **Falta de estrutura técnica e administrativa**

Um dos maiores problemas está relacionado à infraestrutura das Câmaras Municipais, sobretudo nas cidades de pequeno e médio porte. É comum que não haja equipes técnicas qualificadas para apoiar os vereadores na elaboração de projetos de lei, análise de dados ou estudos de impacto econômico e social. Em muitas localidades, os assessores precisam acumular funções de secretaria, atendimento ao público, redação legislativa e comunicação, o que resulta em sobrecarga e perda de qualidade no trabalho.

A ausência de departamentos especializados – como áreas de consultoria legislativa, orçamento ou comunicação institucional – enfraquece o desempenho do vereador. Na prática, isso significa que muitos projetos de lei são produzidos sem embasamento técnico consistente, tornando difícil a criação de normas eficazes e aplicáveis à realidade local.

- **Excesso de demandas da população**

Outro desafio é a quantidade de solicitações que chegam diariamente aos gabinetes. Grande parte dos cidadãos vê o vereador como um solucionador de problemas imediatos, como vagas em creches, questões de saúde, emprego ou infraestrutura do bairro. Embora seja natural que a população recorra aos seus representantes, essa prática sobrecarrega os vereadores com demandas de caráter administrativo que, na verdade, são responsabilidade do Executivo.

Esse acúmulo de demandas individuais acaba desviando o foco da função principal do vereador: legislar e fiscalizar. Muitos passam a atuar quase como intermediários de serviços públicos básicos, deixando em segundo plano a formulação de políticas públicas mais estruturantes.



• **Pressões políticas e interesses divergentes**

O ambiente político municipal também impõe pressões intensas. Vereadores enfrentam, constantemente, interesses divergentes entre grupos sociais, entidades empresariais, associações comunitárias e partidos políticos. Conciliar essas pressões e ainda manter a coerência com suas propostas de campanha é um desafio que exige habilidade diplomática, resiliência e capacidade de negociação.

Além disso, a relação entre Legislativo e Executivo nem sempre é harmoniosa. Prefeitos que não aceitam ser fiscalizados podem adotar práticas de retaliação política, como o corte de recursos destinados à Câmara ou a exclusão de vereadores críticos de determinados programas municipais. Essa tensão institucional enfraquece o trabalho legislativo e pode minar a independência do poder.

• **Desinformação e descrédito da população**

Outro obstáculo é o distanciamento entre a Câmara Municipal e os cidadãos. Grande parte da população desconhece as funções do Legislativo, e isso gera uma percepção negativa sobre a atuação dos vereadores. Notícias sobre escândalos de corrupção, privilégios ou projetos de lei considerados irrelevantes reforçam o descrédito social, mesmo quando a maioria dos vereadores atua de maneira séria e comprometida.

Esse cenário de desinformação abre espaço para críticas superficiais e dificulta o diálogo construtivo entre sociedade e Legislativo. Em consequência, muitos vereadores encontram dificuldade para engajar a população em debates importantes ou para justificar o valor de projetos de médio e longo prazo.

• **Dificuldade de atualização e uso de novas tecnologias**

Com a rápida transformação digital, outro desafio é a necessidade de atualização constante. Muitos vereadores e assessores não dominam ferramentas digitais que poderiam otimizar o trabalho legislativo, como softwares de análise de dados, sistemas de gestão documental ou até mesmo



plataformas de comunicação online. Essa falta de familiaridade com a tecnologia limita o alcance das ações e reduz a capacidade da Câmara de dialogar com uma sociedade cada vez mais conectada.

Sem investimento em capacitação, o risco é que as Câmaras fiquem presas a modelos ultrapassados de gestão, burocráticos e ineficientes, afastando-se ainda mais das expectativas da população.

3. O impacto da burocracia na tomada de decisão

A burocracia é uma característica presente em praticamente todas as instituições públicas brasileiras, e nas Câmaras Municipais não é diferente. Se, por um lado, ela cumpre um papel importante de padronizar procedimentos e garantir a legalidade das ações, por outro, pode se transformar em um obstáculo significativo para a eficiência e a agilidade na tomada de decisões legislativas.



- **Origem e função da burocracia**

No modelo ideal, a burocracia surge como uma forma de organização que busca assegurar transparência, impessoalidade e ordem nos processos administrativos. No contexto do Legislativo, isso significa que cada projeto de lei, pedido de informação ou processo de fiscalização deve seguir etapas formais para garantir legalidade e clareza.

No entanto, o excesso de regras, documentos e procedimentos muitas vezes torna os processos lentos e engessados. O que deveria ser uma ferramenta de organização passa a se comportar como um entrave ao funcionamento da Câmara.

- **Lentidão na tramitação de projetos**

Um dos impactos mais visíveis da burocracia está no tempo de tramitação de projetos de lei. Desde a elaboração até a votação, a proposta precisa passar por diversas comissões, pareceres técnicos e registros formais. Esse processo, embora necessário para assegurar legalidade, muitas vezes se estende por meses ou até anos, fazendo com que a resposta do Legislativo a problemas urgentes da cidade seja demorada.

Essa lentidão contribui para a percepção de ineficiência da Câmara, já que os cidadãos não compreendem porque medidas aparentemente simples levam tanto tempo para serem votadas.

- **Custo administrativo elevado**

Outro impacto da burocracia é o custo adicional que ela gera. Impressão de documentos, protocolos em papel, trâmites manuais e reuniões presenciais para discutir temas que poderiam ser resolvidos de forma digital consomem recursos financeiros e humanos. Em cidades menores, onde os orçamentos legislativos já são limitados, esse custo pesa ainda mais.

Além do gasto direto, há o custo de oportunidade: tempo e energia que poderiam ser direcionados para ações estratégicas acabam sendo consumidos por rotinas burocráticas.

- **Distanciamento entre Legislativo e população**

A burocracia também dificulta a participação da sociedade no processo legislativo. Documentos excessivos, linguagem técnica e procedimentos complicados tornam o trabalho da Câmara pouco acessível ao cidadão



comum. Isso gera uma barreira entre os vereadores e a população, reforçando a percepção de que a política é algo distante, inacessível e feito apenas por especialistas.

Em um momento em que a sociedade exige mais transparência e participação, esse distanciamento pode gerar desconfiança e reduzir a legitimidade das decisões legislativas.

- **A burocracia como obstáculo à inovação**

Outro efeito preocupante da burocracia é sua capacidade de travar processos de inovação. A introdução de novas tecnologias, por exemplo, pode esbarrar em regulamentos internos rígidos ou em resistências de setores acostumados ao modelo tradicional. Isso dificulta a modernização e impede que a Câmara acompanhe o ritmo de transformação digital que já ocorre em outras áreas da sociedade.

- **Caminhos para reduzir os impactos**

Superar os efeitos negativos da burocracia não significa eliminá-la, mas torná-la mais racional e eficiente. Isso pode ser feito com a digitalização de processos, simplificação de trâmites internos, adoção de sistemas eletrônicos de votação e acompanhamento legislativo, além da capacitação de servidores e assessores para lidarem com novas ferramentas.

A transparência também pode ajudar: ao simplificar o acesso a informações e permitir que a população acompanhe em tempo real a tramitação de projetos, a Câmara demonstra compromisso com eficiência e legitimidade.

4. Por que a inovação é urgente no setor público

A inovação deixou de ser um diferencial e passou a ser uma necessidade urgente no setor público, especialmente no Legislativo municipal. A sociedade atual é marcada pela velocidade da informação, pela conectividade digital e pela exigência crescente de serviços públicos mais eficientes e transparentes. Nesse contexto, as Câmaras Municipais precisam se adaptar rapidamente para



não se tornarem instituições obsoletas e distantes da realidade da população.

- **As novas expectativas da sociedade**

Hoje, os cidadãos esperam respostas rápidas de seus representantes. Acostumados à agilidade de aplicativos e serviços privados, os eleitores também demandam que o poder público seja capaz de oferecer informações claras, acessíveis e em tempo real. Uma Câmara que demora meses para disponibilizar um documento ou que mantém seu site desatualizado transmite uma imagem de ineficiência e descompasso com a sociedade.

Essa expectativa de agilidade não se restringe ao atendimento. A população deseja participar ativamente das decisões, acompanhar a tramitação de leis e entender de que forma seus representantes estão votando. A inovação, nesse sentido, é fundamental para aproximar Legislativo e sociedade.

- **Mudanças no ambiente político e econômico**

Além das demandas sociais, o próprio ambiente político e econômico pressiona pela inovação. Crises fiscais reduzem os recursos disponíveis e exigem maior eficiência na gestão dos orçamentos públicos. Ao mesmo tempo, escândalos de corrupção reforçam a necessidade de transparência e controle social.

Nesse cenário, a tecnologia e a inovação oferecem soluções que permitem reduzir custos, aumentar a eficiência e fortalecer a credibilidade institucional. Ferramentas digitais podem automatizar rotinas burocráticas, liberar tempo para atividades estratégicas e facilitar a fiscalização dos gastos públicos.

- **Competitividade entre municípios**

Outro fator que torna a inovação urgente é a competitividade entre cidades. Municípios que conseguem adotar práticas modernas de gestão tornam-se mais atrativos para investimentos, parcerias e programas governamentais. Uma Câmara que utiliza tecnologia de forma inteligente contribui diretamente para o desenvolvimento local, pois cria um ambiente institucional mais eficiente



e confiável.

Por outro lado, municípios que permanecem presos a modelos antiquados correm o risco de ficarem para trás, perdendo oportunidades de crescimento e melhorias na qualidade de vida da população.

- **Oportunidades oferecidas pela inteligência artificial**

A inteligência artificial (IA) surge como uma das maiores oportunidades de inovação no setor público. Ferramentas baseadas em IA podem apoiar vereadores e assessores em diversas atividades, como análise de dados socioeconômicos, redação de documentos, atendimento ao cidadão e monitoramento de indicadores municipais.

Essa tecnologia permite não apenas acelerar processos, mas também qualificar as decisões políticas, fornecendo informações mais precisas e confiáveis para embasar propostas e fiscalizações. Ao adotar soluções baseadas em IA, as Câmaras Municipais demonstram que estão alinhadas com as transformações da sociedade e dispostas a modernizar sua atuação.

- **Resistência à mudança**

Apesar das oportunidades, ainda existe resistência à inovação no setor público. Muitos gestores e servidores preferem manter os modelos tradicionais por receio do novo, falta de capacitação ou medo de perder relevância. Essa resistência, porém, já não é sustentável diante das demandas sociais e das limitações financeiras enfrentadas pelas instituições.

Superar esse obstáculo exige liderança política comprometida com a modernização, além de investimento em treinamento e sensibilização dos servidores para que entendam os benefícios da mudança.

